

O DISCURSO RACISTA NA INTERNET: UMA ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS

Luciana Soares da Silva
Márcio Rogério de Oliveira Cano

Considerações iniciais

A era digital tem transformado a forma como nos relacionamos socialmente. Redes sociais, sites e demais suportes da internet têm reformulado nossas interações discursivas. Isso fica evidente quando focalizamos o discurso jornalístico em meio à sua inserção nas plataformas digitais. Se até um tempo atrás a notícia chegava impressa e a manifestação do leitor dava-se isoladamente em seu próprio ambiente, ou, quando muito, chegava ao jornal por meio de cartas do leitor, hoje a interação ocorre tão logo a notícia é publicada em sites ou redes sociais. Se por um lado, houve aproximação dos coenunciadores do discurso jornalístico, por outro, as manifestações que antes se davam no meio privado, agora ganham divulgação pública.

Nesse contexto, chamo-nos atenção os comentários publicados nos sites jornalísticos mediante a publicação de uma notícia. Ao que nos parece, os responsáveis pelos comentários, a partir de uma aparente proteção da internet, revelam discursivamente a reprodução de conflitos sociais. Numa leitura preliminar, verificamos que, muitas vezes, há expressão de preconceitos raciais, de gênero, de sexualidade, entre outros. Por essa razão, optamos por focalizar a questão racial e estabelecer como objetivo: verificar se há manifestação do discurso racista nos comentários de notícias.

Para isso, fundamentamos nosso estudo na Análise do Discurso, na perspectiva enunciativo-discursiva, acerca das Noções de discurso e de interdiscurso (MAINGUENEAU, 1998; 2008); discurso constituinte (MAINGUENEAU, 2010) e discursos paratópicos, tópicos e atópicos (MAINGUENEAU, 2008). Em seguida, constituímos o *corpus* com comentários realizados em duas notícias veiculadas pelo canal G1¹, uma acerca do 2º Encontro Nacional de Ruivos e outra sobre a 1ª Marcha do Orgulho Crespo e realizamos a análise conforme conceitos apresentados.

Fundamentação teórica

Noções da AD

Maingueneau (2002) conceitua discurso como uma unidade transfrástica que segue determinadas regras organizativas vigentes no meio social em que circula. Para ele, o discurso é uma forma de ação, na qual os sujeitos interagem conforme o contexto em que estão inseridos. Além disso, destaca que o discurso é considerado

1 Portal de Notícias da Globo, disponível em: <<http://g1.globo.com/>> . Acesso em 07 jun. 2017.

no bojo de um interdiscurso, isto é, só “adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho” (MAINGUENEAU, 2002, p. 55).

O autor, ainda, propõe os conceitos de *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*. O primeiro conceito refere-se ao “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada”. Apesar de caracterizar-se como um conjunto finito, o universo discursivo não pode ser apreendido em sua totalidade, servindo, apenas, como referência máxima ao analista. Já o segundo conceito refere-se ao “conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo”. Nesse ponto, é que se constitui o discurso e se estabelecem os espaços discursivos, os quais são recortes discursivos que o analista isola no interior de um campo discursivo, a fim de atender aos seus propósitos de análise. (cf. MAINGUENEAU, 2007, p. 35-36).

Segundo Maingueneau (2010), o discurso constituinte caracteriza-se pela sua função fiadora das múltiplas práticas discursivas de uma sociedade, de modo que outros discursos se ancoram ou se legitimam. É o que ocorre, por exemplo, com o jornalista que busca amparo de suas observações na fala de autoridade do teólogo ou do filósofo. Conforme o autor, o discurso constituinte é ao mesmo tempo *auto* e *heteroconstituintes*, visto que só um discurso capaz de legitimar a partir de sua própria constituição consegue exercer um papel constituinte de outros discursos. Há, assim, duas dimensões indissociáveis:

- a constituição como ação de estabelecer legalmente, como processo pelo qual o discurso instaura sua legitimidade construindo sua própria emergência no interdiscurso;

- os modos de organização, de coesão discursiva, a constituição no sentido de um agenciamento de elementos que formam uma totalidade textual. (MAINGUENE-AU, 2010, p. 158-159).

Os discursos constituintes, para assim o serem, precisam ancorar-se em algum Absoluto. Contudo, o Absoluto, que a princípio estaria exterior ao discurso para, assim, angariar o *status* de autoridade, constrói-se no interior do próprio discurso constituinte, criando um paradoxo.

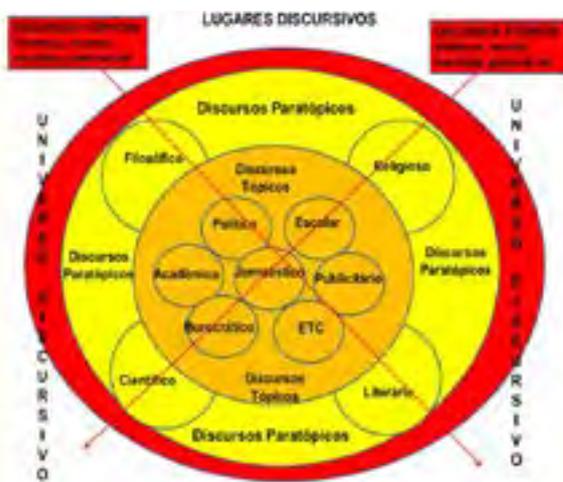
De acordo com Maingueneau (2010), por essas características, o discurso constituinte assume uma posição paratópica, visto que a paratopia se manifesta em dois níveis complementares: um referente ao conjunto do discurso constituinte, dado ao fato de o discurso pertencer e não pertencer ao universo social, uma vez que, por exemplo, o cristianismo legitima-se com ações que excedem o mundo terrestre; e outro referente ao produtor de discurso pertencente ao discurso constituinte, já que ele deve construir sua identidade a partir de um pertencimento/não pertencimento à sociedade. Sobre isso, o autor afirma:

O produtor de discurso constituinte é, desse modo, alguém cuja enunciação se constrói por meio da impossibilidade mesma de atribuir para si um verdadeiro lugar, alguém que alimenta sua criação com o caráter radicalmente problemático de seu próprio pertencimento à sociedade. Por intermédio de sua fala, ele deve gerir uma posição insustentável, segundo as regras de uma economia paradoxal na qual se trata de, em um mesmo movimento, eliminar e preservar uma exclusão que

é simultaneamente o conteúdo e o motor de sua criação. Produzir um texto constituinte significa, em um único gesto, produzir um texto e construir condições que permitam produzi-lo. (MAINGUENEAU, 2010, p. 161).

Os discursos constituintes estabelecem-se como discursos paratópicos, ao passo que as demais produções discursivas da sociedade estabelecem-se como discursos tópicos. Estes, por sua vez, apresentam gêneros discursivos e lugares sociais próprios, como o discurso jornalístico e o discurso político. Os discursos tópicos apoiam-se nos discursos paratópicos para se legitimarem e assentarem sua autoridade, posto que não o podem fazê-lo por si próprios.

À margem da autolegitimidade dos discursos paratópicos e da legitimidade dos discursos tópicos, Maingueneau (2010) apresenta a questão da atopia, a qual ganhou destaque a partir, sobretudo, das discussões acerca do discurso pornográfico. Esse tipo de discurso existe, mas vive na clandestinidade, na fronteira do espaço social, não sendo legitimado. No caso do discurso racista, o sujeito não assume seu posicionamento racista, visto que isso é socialmente condenado, principalmente na sociedade brasileira, em que há o mito da democracia racial; contudo, o discurso racista revela-se por meio de marcas linguístico-discursivas que transpassam discursos legitimados, como o jornalístico, o político etc. A imagem a seguir, proposta por Cano (2014), ilustra esses conceitos.



Passemos ao discurso racista.

Discurso racista

Para tratar do discurso racista propriamente, antes é preciso abordar o *racismo* que tem como fundamento o pressuposto de *raça*. O conceito de *raça*, como apresentado por Munanga (2003), tem origem no termo italiano *razza* originário do latim *ratio*, que significa categoria, espécie, sendo usado primeiramente nas Ciências Naturais, a fim de classificar animais e plantas. O uso desse termo, no latim medieval, designava a descendência, o que fazia com que ele se referisse a um grupo de pessoas que tinham a mesma ancestralidade e, logo, características físicas comuns. Conforme o autor, o sentido de *raça* como forma de classificar a diversidade humana é empregado em 1684, pelo francês François Bernier, e passa efetivamente a ser utilizado nas relações entre classes sociais (nobres e plebeus) na França, entre os séculos XVI-XVII.

Com o avanço dos estudos, sobretudo em relação à genética no século XX, chegou-se à conclusão de que não há qualquer base biológica para classificação dos seres humanos. Dois indivíduos podem ter o mesmo tom de pele, mas serem completamente diferentes do ponto de vista genético. No entanto, de acordo com Munanga (2003), *raça* constitui-se como uma categoria social que, a partir de características principalmente fenotípicas, classifica os grupos humanos. Na visão de Moore (2007, p. 38), *raça* é uma construção sociopolítica, ao passo que o racismo é “um fenômeno eminentemente histórico ligado a conflitos reais ocorridos na história dos povos”.

A discussão do conceito de racismo é complexa e envolve uma abordagem social, histórica e política, como os autores citados indicam, tendo em vista a diversidade de princípios que constituem o conceito de *raça*. Propomo-nos a abordar, neste artigo, a constituição do discurso racista, tomando, assim, uma perspectiva discursiva do racismo. Para isso, o conceito proposto pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, apresentado por Sant’anna (2005, p. 60), no qual racismo é entendido como “uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos”, auxilia-nos nesse processo. Entendemos que o discurso é o lugar da constituição e dos embates ideológicos e que os sujeitos são constituídos por inscrições ideológicas, logo o racismo visto pode compor os diversos discursos.

Como dito anteriormente, o discurso racista constitui-se como um discurso atópico, visto que não é legitimado socialmente, mas se encontra nas marcas linguístico-discursivas nos discursos, de modo a revelar os conflitos. Fato que veremos a seguir no *corpus* de análise.

A constituição do corpus

Diante dos nossos objetivos, estabelecemos como critério de busca notícias relacionadas ao 2º Encontro Nacional de Ruivos e à 1ª Marcha do Orgulho Crespo, das quais selecionamos duas notícias publicadas no G1. Tais notícias foram classificadas como N1-“De sardas a apelidos, ruivos trocam experiências em encontro no Rio”² (G1, 07/09/2013) e N2-“Avenida Paulista recebe Marcha do Orgulho Crespo neste domingo”³ (G1, 26/07/2015). Em seguida, focalizamos os comentários, dos quais verificamos a existência de um total de 44 comentários na N1 e de 654 na N2. Como critério de seleção dos comentários, estabelecemos os mais populares, de modo a compor o *corpus* com N1: 27 comentários e N2: 158 comentários.

Cabe ressaltar que estamos observando os ruivos como sujeitos identificados socialmente como brancos, visto que, apesar de terem peculiaridades nas características físicas, especialmente na cor do cabelo, na sociedade são enquadrados nessa categoria.

Tomamos como base uma análise qualitativa do corpus, a fim de identificar a existência do discurso racista. Seguimos com a análise.

2 Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/09/de-sardas-apelidos-ruivos-trocam-experiencias-em-encontro-no-rio.html>. Acesso em: 16 out. 2019.

3 Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/07/avenida-paulista-recebe-marcha-do-orgulho-crespo-neste-domingo.html>. Acesso em: 16 out. 2019.

Análise do corpus

Na análise do *corpus*, verificamos que há uma diferenciação do modo como abordar cada evento pelos leitores das notícias. O primeiro aspecto refere-se ao posicionamento em relação à realização de cada evento. Dos 29 comentários selecionados referentes à N1, 100% (29) demonstraram-se favoráveis a realização do 2º *Encontro Nacional de Ruivos*; já em relação à N2, dos 158 comentários selecionados, apenas 9% (14) demonstraram-se favoráveis a realização da 1ª *Marcha do Orgulho Crespo*, ao passo que 91% (144) posicionaram-se contrários. Importante ressaltar que ambos os eventos pautavam-se em características fenotípicas relacionadas a um pertencimento racial. De modo implícito no 2º *Encontro Nacional de Ruivos*, visto que ressalta características que constituem o grupo como cor de pele e de cabelo, e de modo explícito na 1ª *Marcha do Orgulho Crespo*, que pauta o cabelo crespo como marca de identidade negra. Na tabela a seguir, comparamos as motivações e características de cada evento, verificados na composição das notícias e também nos comentários:

Tabela 1- Comparação N1 e N2

N1- De sardas a apelidos, ruivos trocam experiências em encontro no Rio	N2- Avenida Paulista recebe Marcha do Orgulho Crespo neste domingo
Motivação: grupo/página em redes sociais (Orkut/Facebook)	Motivação: Dia Internacional da Mulher Negra Lationo-americana e Caribenha – 25 de julho
Valorização da estética ruiva	Valorização da estética negra
Ressalta características fenotípicas (sardas, cor de cabelo e pele).	Ressalta características fenotípicas (cabelo crespo, cor da pele)
Marcado pelas redes sociais	Marcada pelas redes sociais
Encontro: remete à festividade, à diversão etc.	Marcha: remete à manifestação política, a questões ideológicas, à luta etc.
Bullying	Racismo
Tom jocoso	Tom político

Ao centrarmos nossa análise nos comentários, podemos agrupá-los de acordo com as temáticas postas a seguir:

Tabela 2 – Grupos de comentários

N1- De sardas a apelidos, ruivos trocam experiências em encontro no Rio	N2- Avenida Paulista recebe Marcha do Orgulho Crespo neste domingo
Elogios - 8 ⁴	Desvalorização do evento - 62
Bullying - 4	Equivalência do racismo com outras características - 20
Interesse/atração por ruivas - 3	Discriminação ao branco - 17
Ironia - 3	PT/ Esquerda/ Comunismo - 11
Referência a novelas, artistas - 2	Sarcasmo/ Ironia - 10
Depilação íntima de ruivas- 2	O negro como responsável pelo preconceito - 7
Desejo em ser ruiva/o - 2	Defesa da Marcha - 8
Identificação e valorização de ser ruivo/a - 1	Negro negando o racismo - 4
Referência histórica - 1	Marcha considerada racista - 4
“Extinção” dos ruivos - 1	Chamada de atenção ao racismo nos comentários - 2
Aleatórios ⁵ - 2	Discurso religioso - 1
	Referência histórica - 1
	Culpabilização da Imprensa - 1
	Aleatórios - 10
Total: 29 comentários	Total: 158 comentários

4 Quantidade de comentários que compõe cada grupo.

5 Classificamos como aleatórios comentários que não pautavam as temáticas principais das notícias.

Verificamos na tabela, a forte presença da temática racial na N2, ao passo que na N1 tal questão não é mencionada explicitamente. Tal resultado leva-nos a refletir acerca de como a questão racial no Brasil é tida como uma questão do negro, como discutido por Bento (2014). As características do branco não são usadas para discutir sua participação na sociedade, de tal modo que seu fenótipo pode ser reduzido a avaliações estéticas, como verificado no *corpus*. O negro, por sua vez, não goza desse privilégio, pois suas características fenotípicas, que o enquadram numa categoria racial dentro de uma relação hierárquica entre brancos e negros, são comumente usados para desqualificá-lo. Desse modo, a utilização do cabelo crespo não se limita a questões estéticas, mas toma a dimensão política na constituição discursiva.

Na sequência, selecionamos quatro grupos de comentários⁶ de cada notícia, com recortes de aspectos mais relevantes para a análise da constituição do discurso racista:

Grupo 1- N1 - Elogios

H. São todos lindos!
R.B. Lindas!
K.S. todas que conheço são doce! e super amigas
M.R. Ta ai uma galera bonita por natureza!
R.C. Que lindos! Muito lindos esses cabelos ruivos
M.M. todos lindos, acho lindo um ruivinho
T.C. aaaa eu vou, acho as ruivas lindas
V.S. Lindas!

6 Os comentários foram transcritos tal como observado no texto original, não sendo realizada, dessa forma, correção gramatical.

No grupo 1, verificamos que os enunciadores constituem-se como admiradores do cabelo ruivo, valorizando essa característica fenotípica. Notamos também que não há, assim como nos demais comentários analisados, nenhum questionamento quanto à ocorrência do evento que se propõe a reunir ruivos.

Grupo 2- N1 - Bullying

A.L. Talvez por ignorância minha, não sabia que ruivos sofriam bullying. Mas, sempre achei essa galera bonita, atraente, misteriosa e exótica.
D.B. Sou ruiva e tenho sardas. O maior bullying de todos é quando alguém me diz pra fazer clareamento na pele e tirá-las. Nana-ninnanao!
G.P. Sou ruivo meus apelidos são vermelho fogueiro é não considero bullying sem frescura.
G. V. Não sabia sobre essa questão do bullying com pessoas ruivas. Que doido, pra mim eles sempre foram tipo uma raça superior. Kissed by fire.

No grupo 2, é destacada a queixa relatada por pessoas ruivas na notícia acerca do bullying que sofrem/ sofreram especialmente na escola. Importante destacar aqui que bullying diferencia-se de racismo, uma vez que o primeiro se dá nas relações interpessoais, sobretudo no nível individual, em que uma pessoa é vítima de violência física ou verbal repetidamente por alguma característica pessoal ou física. O racismo, por sua vez, relaciona-se às relações hierárquicas estabelecidas entre grupos provenientes de uma construção sócio-histórica, em que se supõe a superioridade de um grupo racial ao outro, o que não é pautado nesse grupo. No entanto, aparece aqui a única menção do termo raça em todos os comentários da N1, em que o enunciador diz que os ruivos eram vistos por ele como uma “raça superior”. Vejamos o grupo seguinte:

Grupo 3- N1 - Interesse/atração por ruivas

C.S. Eu curto uma ruivinha
A. Quando eu era criança achava que eram vampiras, agora, não vejo a hora de ser atacado por uma dessas.
M. Eu amo a floresta vermelho...

No grupo 3, há uma menção a atração por mulheres ruivas, porém, como é possível verificar em anúncios publicitários, programas de televisão, a mulher ruiva não é hipersexualizada como a mulher negra. Há, inclusive, uma abordagem mais terna, ao ser usado o diminutivo (“ruivinha”), a referência a uma personagem (“vampira”) e o uso de uma metáfora (“floresta vermelho”).

No nível discursivo, constatamos que os comentários da N1 não explicitam questões raciais, porém é possível, a partir deles, apreender o discurso racista como um atravessamento dos comentários. O silenciamento dos aspectos raciais nos grupos selecionados indica que os enunciadores os negam quando raça pode se referir a sujeitos brancos, o que não acontece quando os sujeitos são negros, como veremos nos grupos seguintes. O branco, como apresentado por Bento (2014), não é conflitado com seu pertencimento racial, muito menos com a reflexão de que esse pertencimento o beneficia ou o prejudica na sociedade. Algo que acontece com os negros desde a infância.

Nos grupos a seguir, destacamos três aspectos que partem, principalmente, do Mito da Democracia Racial, o qual, como afirma Munanga (2006), considera que a mestiçagem entre negro, branco e índio originou uma convivência pacífica e harmônica entre as raças. Nessa visão distorcida da realidade, acredita-se que o racismo não existe, tornando-a a principal formação discursiva do discurso racista. Diferente dos comentários da N1, as questões

raciais vão aparecer em praticamente todos os enunciados da N2. Vejamos o grupo 4.

Grupo 4 – N2 - Discriminação ao branco

R. B. Estou sendo discriminado por que sou branco! E agora vão dizer que estou errado?
C. S. Se fizerem a marcha do cabelo loiro e liso... é racismo.
A. S. Se eu fizer a “Marcha do Liso” vão me chamar de racista, nazista...
T. A. Que tal organizarmos uma marcha em prol do homem branco e com cabelo liso? Somos comuns, não temos benefícios sociais vindos do Governo ou da mídia.
W. Eu, branco, cabelo liso, olhos claros, pago meus impostos, não uso cotas... sofro discriminação heim!
R. O. A hora que eu lançar a marcha do orgulho macho ou a do orgulho branco vou ser chamado de racista e homofóbico. Patético essa palhaçada aí!!!!
V. 100% branco... Não sou racista... Mas posso amar minha cor?
C. F. Já uma marcha do orgulho branco, é nazismo!

Os enunciadores, nesse grupo 4, são confrontados com sua identidade racial ao ver o *outro* (negro) organizando um evento que marca e valoriza a identidade negra, de modo a trazerem a tona sua identificação como branco. Contudo, o reconhecimento da sua identidade não o faz pensar no seu lugar nas relações sociais provenientes do racismo, colocando-se de modo irônico como o sujeito que poderia realizar manifestações para valorizar esse pertencimento. Embora em alguns enunciados haja menção ao racismo, há negação do direito à manifestação sob o argumento da existência do racismo. Passemos ao grupo 5.

Grupo 5- N2 - O negro como responsável pelo preconceito

E. O. A passeata em si já é um preconceito. Se somos todos iguais não deve ter passeata em favor de cabelo liso ou crespo, nem de cor ou raça. Eles mesmos alimentam o preconceito. Somos todos iguais e deveríamos nos unir contra a robalheira desse país demoralizado.
F. P. O preconceito vem deles mesmo querendo fazer dia de orgulho qualquer, vamos luta pelos nossos direitos
L. D. Complexo de inferioridade nível 100
J. X. <i>É MUITA BESTEIRA, VAZIO DO VÁCUO. É UM ATESTADO AO PRECONCEITO E COMPLEXO DE INFERIORIDADE. CADA SER É UM UNIVERSO, BASTA DAR SENTIDO, DIREÇÃO E INTENSIDADE A SUA VIDA.</i>

No grupo 5, os enunciadores eximem-se da sua participação nas relações sociais marcadas pelo racismo ao responsabilizar o negro pela existência dele. Além disso, toma o racismo como algo individual, que depende puramente da vontade e esforço pessoal para acabar: “BASTA DAR SENTIDO, DIREÇÃO E INTENSIDADE A SUA VIDA”. Vejamos, por fim, o grupo 6.

No grupo 6, em uma tentativa de deslegitimar a realização da Marcha, os enunciadores equivalem características diversas como ser magro, usar óculos, ser careca etc. à condição racial. Novamente há a negação do racismo e, conseqüentemente, da existência da necessidade de uma mobilização contra ele.

Os dois próximos grupos foram classificados como ironia na N1 e na N2, por isso faremos a análise em conjunto. Embora haja em boa parte dos comentários traços irônicos, nos recortes selecionados a seguir, isso fica mais evidente:

<i>Grupo 7 – N1 – Ironia</i>	<i>Grupo 8 – N2 – Ironia</i>
C.C. É hora do Governo começar a importar morenas e loiras de Cuba	B. Acho um absurdo essa marcha do orgulho Crespo. Crespo nunca foi um jogador muito talentoso. Nem na Argentina ele era unanimidade. Não era titular absoluto. Era reserva do Batistuta. Brasileiro deveria homenagear seus ídolos e não jogadores estrangeiros.
A. P. Ruivo não é um tipo de minoria, cadê as cotas? (zuan-do)	R. P. E viva a democracia: Marcha do crespo, marcha pra Jesus, marcha da maconha, marcha das vadias, marcha dos sem tetos, marcha soldado, marcha ré...
A.S. Gente por que não existe negro ruivo. ISSO É PRECONCEITO, SABIAM??rs	B. L. Se eu for eleito vou fazer o BOLSA CHAPINHA! Já tenho eleitores!
	C. S. Quem levar uma chapinha nesse evento vai ser considerado um louco perigoso. kkkkkkkkkll

O tom irônico colocado nos enunciados visa a uma tentativa de despertar o riso ao banalizar a questão racial na N1 e ao desqualificar o evento, no caso da N2. Em ambos, contudo, há a negação do racismo.

Diante dessa análise, podemos traçar alguns pontos que constituem o discurso racista. Primeiro, como dito inicialmente, esse tipo de discurso enquadra-se na categoria de discursos atópicos, ou seja, não se constitui como um discurso que tem um lugar marcado no universo discursivo, mas que atravessa os demais discursos. No *corpus*, verificamos que o discurso racista atravessa o discurso jornalístico, uma vez que entendemos que os comentários fazem parte do discurso jornalístico (discurso tópico), ocupando o que equivaleria às cartas do leitor na mídia escrita, guardadas as devidas diferenças quanto ao suporte e a temporalidade dessa interação jornal-leitor. Vale ressaltar que mesmo os discursos constituintes (paratópicos) podem ser interpelados pelos discursos atópicos. O mito da democracia racial, certamente, encontra respaldo nos discursos constituintes (como o discurso religioso e o discurso científico), de modo a gerar os questionamentos em torno da *Marcha*. Se biologicamente não existe raça, por que tratar dessa categoria como argumento para mobilização? Essa é uma questão subentendida na construção discursiva do *corpus*.

Segundo, o discurso racista é manifestado no *corpus* principalmente por meio de dois aspectos: o de silenciamento e o de negação do racismo. O silenciamento em relação às questões raciais fica evidente na N1, pois esse é um ponto que não afeta a constituição dos sujeitos brancos, que tem a sua identidade como a norma. Já a negação parte do reconhecimento da existência de grupos raciais, mas não das implicações que o racismo produz na população negra. O incômodo em ver o negro se autoafirmando a partir de uma característica fenotípica (cabelo crespo), faz com que os enunciadores dos comentários da N2 utilizem-se da ironia, propondo equivalência com outras características.

Por fim, cabe destacar o fato de que os comentários são escritos na mídia digital. Essa condição de produção do discurso

possibilita apreender o discurso racista que, por ser socialmente condenável, não se apresenta de modo explícito em muitas situações comunicativas. Os enunciadores, sob a proteção da internet e da não relação face a face, sentem-se à vontade para expor suas opiniões, revelando assim o racismo.

Considerações finais

O discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, a partir de relações interdiscursivas. Desse modo, ao focalizar o discurso racista, como discurso atópico, vemos que ele atravessa outros discursos, de modo a revelar os embates sociais e raciais em outras manifestações discursivas, como o discurso jornalístico.

É importante ressaltar que o espaço da internet favorece a expressão racista, tendo em vista que os enunciadores sentem-se protegidos pelo anonimato e/ou pelo distanciamento dos co-enunciadores que poderiam apresentar questionamentos aos seus posicionamentos. Além disso, o fato de o racismo ser condenável socialmente faz com que os sujeitos não o assumam publicamente, mas se sintam confortáveis em construir discursivamente tal posicionamento na rede.

Com este trabalho, verificamos que, de fato, o discurso racista constitui-se com base no Mito da Democracia Racial, sendo apreendido pela percepção do silenciamento e da negação das questões raciais e do racismo. Tal constatação motiva-nos a refletir sobre a nossa sociedade e sobre as nossas ações para combater as práticas racistas.

Referências

- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (orgs.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CANO, M. R. O. A literatura e a violência: um encontro no discurso jornalístico. In: SANTOS FILHO, I. O.; NASCIMENTO, M. E. F.; BARBOSA, M. S.. (orgs.). *Análise do Discurso: mídia, poder e heterogeneidade*. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2014. Disponível em: <<https://marcadefantasia.com/livros/socialidades/analisedodiscurso/analise-do-discurso-midia-poder-heterogeneidades.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. Tradução Adail Sobral et. al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução Cecilia P. de Souza-e-Silva, Decio Rocha. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MAINGUENEAU, D. *Cenas de enunciação*. Tradução Sírio Possenti et. al. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução Sírio Possenti. Curitiba, Criar Edições, 2007.
- MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Tradução Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.
- MOORE, C. *Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB. Rio de Janeiro, 2003. *Anais*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2018.
- MUNANGA, K. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p. 46-57, 2006. Disponível em: <http://>

www.usp.br/revistausp/68/05-kabengele-munanga.pdf. Acesso em: 05 fev. 2016.

SANT'ANA, A. O. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.